



Saulo Versiani Penna

CONTROLE E IMPLEMENTAÇÃO PROCESSUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Prefácio

José João Calanzani

Área específica

Direito Processual.

Áreas afins

Direito Constitucional. Direito Administrativo.

Público-alvo/consumidores da obra

Magistrados. Advogados (principalmente da área de Direito Público). Procuradores Federais, Estaduais e Municipais. Advogados da União. Administradores Públicos. Membros do Ministério Público. Estudantes que estão se dedicando a concursos públicos.

345 páginas

ISBN 978-85-7700-409-6

Formato: 14,5x21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A presente obra, que decorre da tese defendida durante o curso de Doutorado pelo Dr. Saulo Versiani Penna, demonstra que o processo judicial pode constituir-se em mais um espaço democrático de efetivo controle e implementação de políticas públicas no Brasil.

Ressalta-se, nesse trabalho, que com a aproximação do Direito Processual do Direito Constitucional, a partir da Constituição brasileira de 1988, tornou-se patente o aumento de demandas judiciais em que se buscam a concretização de garantias constitucionais fundamentais. Entretanto, para que se atinja o objetivo desejado, isto é, proceder-se ao controle processual e à realização judicial concreta de políticas públicas consignadas no texto constitucional, esses processos judiciais precisam ser compreendidos a partir de novos paradigmas, que se afastem do procedimentalismo de ocasião e estratégico, bem como representem via segura para o diálogo necessário entre os interessados, a fim de obter-se uma decisão final legítima e eficaz.

A obra ainda tem o mérito de enfrentar questões como as da concepção democrática na atualidade, da legitimidade das decisões estatais, das formas conhecidas de controle judicial de atos do Estado, sua relação com a efetivação de políticas públicas e os direitos fundamentais.

Além disto, a obra inova quando se afasta da ideia do chamado “ativismo judiciário”, para apenas admitir um provimento judicial de controle e implementação de políticas públicas que tenha por base uma teoria processual de conteúdos constitucionalizados e, portanto, permita o amplo debate pelos destinatários da decisão judicial.

Saulo Versiani Penna

Magistrado em Minas Gerais. Pós-graduado, com especialização em Processo Civil, pela FADIVALE. Mestre e Doutor em Direito pela PUC Minas. Professor de graduação e pós-graduação em Belo Horizonte/MG.

SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIO

José João Calanzani

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

- 1.1 Contextualização do tema
- 1.2 Importância e justificativa para a pesquisa

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PROCESSUAL JUDICIAL

- 2.1 Estado Liberal de Direito
- 2.2 Estado Social de Direito
- 2.3 Estado constitucionalista
- 2.4 Estado de Direito Democrático

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA E LEGITIMIDADE DAS DECISÕES ESTATAIS

- 3.1 Evolução da concepção de democracia
- 3.2 Legitimidade dos provimentos
- 3.3 Contribuição da teoria do discurso de Jürgen Habermas
- 3.4 Segurança jurídica e a legitimidade do provimento estatal

CAPÍTULO 4

DO CONTROLE JUDICIAL E POLÍTICO DOS ATOS ESTATAIS

- 4.1 Evolução (ou involução) histórica
- 4.2 Experiência estrangeira
 - 4.2.1 Sistema estadunidense
 - 4.2.2 Alguns sistemas europeus de controle
 - 4.2.2.1 Sistema austríaco
 - 4.2.2.2 Sistema alemão
 - 4.2.2.3 Sistema francês
 - 4.2.2.4 Sistema italiano
 - 4.2.2.5 Sistema espanhol
 - 4.2.2.6 Sistema português
 - 4.2.2.7 Necessária crítica aos sistemas conhecidos de controle judicial dos atos governamentais

CAPÍTULO 5

MEIOS DE LIMITAÇÃO DO PODER E DO CONTROLE JUDICIAL DE ATOS DO PODER PÚBLICO NO BRASIL

- 5.1 Controle judicial constitucional dos provimentos legislativos, dos atos administrativos e políticos

- 5.1.1 Origem

- 5.1.2 Controle judicial difuso, incidental ou concreto
- 5.1.3 Controle judicial concentrado, em tese ou abstrato
- 5.1.4 Visão contemporânea do controle judicial
- 5.2 Superação da mítica “Separação de Poderes”
- 5.3 Aplicação do princípio da subsidiariedade no controle judicial dos atos governamentais

CAPÍTULO 6

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE PROCESSUAL JUDICIAL

- 6.1 Definição e conceito de políticas públicas
- 6.2 Meios para a implementação das políticas públicas
- 6.3 Legitimidade do processo judicial de controle e implementação de políticas públicas

CAPÍTULO 7

TEORIA PROCESSUAL BRASILEIRA COMPATÍVEL COM O CONTROLE E IMPLEMENTAÇÃO JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- 7.1 Evolução da natureza jurídica do processo
 - 7.1.1 Teoria do processo como relação jurídica
 - 7.1.2 Processo como situação jurídica
 - 7.1.3 Processo como instituição
 - 7.1.4 Processo como procedimento em contraditório
 - 7.1.5 Teoria constitucionalista do processo
 - 7.1.6 Teoria neoinstitucionalista do processo

CAPÍTULO 8

EFETIVIDADE PROCESSUAL E SUA LIMITAÇÃO ESTRATÉGICA

- 8.1 Efetividade Processual no Sistema Democrático
- 8.2 Limitação Procedimental Judicial e sua relação com controle e implementação de políticas públicas
- 8.3 Teoria da reserva do possível

CAPÍTULO 9

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS APTOS À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO